

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: USO E PARECER DE PSICÓLOGOS

Sandra Padilha¹ - Universidade Comunitária Regional de Chapecó

Ana Paula Porto Noronha - Universidade São Francisco

Clarissa Zanchet Fagan - Universidade Comunitária Regional de Chapecó

RESUMO

A utilização de instrumentos de avaliação psicológica é uma prática necessária para a atuação do psicólogo. Nessa perspectiva, esse estudo teve como objetivo investigar o uso de instrumentos de avaliação psicológica por psicólogos que atuam em cidade do interior do estado de Santa Catarina. Participaram do estudo 85 psicólogos, inscritos no CRP/12^a região. O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um questionário. A aplicação foi realizada de forma coletiva, em uma sala cedida pela Associação dos Psicólogos. Os resultados revelaram que a maior parte dos profissionais respondentes não utiliza instrumentos de avaliação psicológica em sua prática profissional. Em relação aos instrumentos mais utilizados, constatou-se que são os testes de avaliação da personalidade.

Palavras-chave: Testes psicológicos; Formação profissional; Psicometria

INSTRUMENTS FOR PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT: USE AND REFEREE BY PSYCHOLOGISTS

ABSTRACT

The use of psychological assessment tests is a practice that is often necessary, whether for clinical, selection or research purposes. Within this perspective, this study sought to investigate the use of psychological assessment tools by psychologists operating in a town in the interior of Santa Catarina. It lists the most frequently-used tests and establishes links between the tools used for psychological assessment and the list of tests approved by the CFP (Federal Psychology Council). 85 psychologists took part in this study, registered in the CRP (Regional Psychology Council)/12th region. The tool used for the data collection was a questionnaire. This was applied in a collective form, in a room granted by the headquarters of the *Associação dos Psicólogos*. The results show that the majority of the professionals who responded to the questionnaire do not use psychological assessment tools in their professional practice. It was observed that personality assessment tests are the most frequent tool used, and that many were used, though without the status of "in condition of use".

Keywords: Psychological tests; Professional training; Psychometric

INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica no Brasil é função privativa do psicólogo, definida pela lei nº 4.119, de 1962, que regulamenta a profissão; e corresponde ao processo de coleta de dados e interpretações de informações, por meio de teorias, métodos e instrumentos psicológicos. Tem por finalidade obter maior conhecimento do indivíduo, do grupo ou situações, a fim de atingir os objetivos definidos e, assim, auxiliar em processos de tomada de decisões (Wechsler, 1999).

A avaliação psicológica é uma atividade ampla e fundamental, cuja utilização pode se dar em vários contextos de atuação do psicólogo. A preocupação com a área tem sido um tema

amplamente discutido por pesquisadores em todo o Brasil. Esse movimento de reflexão é decorrente dos inúmeros problemas identificados na área, o que parece pertinente, uma vez que a ciência psicológica, assim como em outras, possui característica dinâmica e necessidade de atualização constante, gerando o seu desenvolvimento em todos os âmbitos, bem como na área de avaliação psicológica.

Os problemas relativos à área, descritos nos mais variados estudos, referem-se à precária formação dos profissionais, ao uso inadequado de instrumentos psicológicos, aos instrumentos desatualizados e sem fundamentação científica, à falta de professores especializados e à falta de consenso sobre como deve ser feita a formação do psicólogo nessa área, no âmbito da graduação (Alchieri & Bandeira, 2002; Andriola, 1996; Hutz & Bandeira, 2003; Noronha, 1999; Sbardelini, 1991).

Nesse particular, vale destacar, que grande parte desses problemas são decorrentes das

¹ Contato:

Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Centro de Ciências Humanas e Sociais. Rua Atilio Fontana, 591 E, Efapi, 89809-000 - Chapeco, SC - Brasil - Caixa-Postal: 747. Telefone: (49) 3218000 Ramal: 8294 Fax: (49) 32388263 e-mail: sandrap@unochapeco.edu.br

dificuldades que permearam a área da avaliação no início da década de 60, ainda quando os primeiros instrumentos estavam sendo estudados no país. A crise ocorreu por muitas razões, entre elas, as questões de ordem ideológica, na direção de que os instrumentos não eram adequados à realidade brasileira. Também nesse sentido, com o advento do pensamento humanista, houve um movimento contra o positivismo e suas técnicas, o que acarretou prejuízos no que se refere às pesquisas e ao ensino.

Em outra medida, o crescimento do número de cursos de psicologia no país, necessitava de docentes qualificados, sendo que poucas instituições conseguiam manter o nível de qualidade na preparação em avaliação psicológica, acarretando certo comprometimento no ensino e, conseqüentemente o desinteresse e a falta de investimento na construção e atualização dos testes psicológicos existentes (Hutz & Bandeira, 2003).

A fim de ilustrar o cenário dos testes no Brasil e com o intuito de avaliar a presença ou ausência de estudos de validade e precisão, Noronha, Freitas e Ottati (2002) investigaram 26 testes psicológicos de inteligência, comercializados no Brasil. Além disso, as autoras verificaram se havia padronização, sendo que, para os testes estrangeiros, avaliou-se a existência de padronização brasileira. Os dados demonstraram que quanto à validade e precisão, 75% dos testes nacionais têm esse tipo de estudo, enquanto que nos testes estrangeiros, 90% detêm algum estudo. Com relação à padronização dos testes, 25% dos nacionais não informavam em seus respectivos manuais e, 40% dos estrangeiros também não informaram os estudos realizados.

De acordo com Pasquali e Alchieri (2001), a partir de 1980 pôde-se observar um crescente interesse pela área no Brasil, por meio do aumento de pesquisadores e docentes qualificados, do surgimento de linhas de pesquisa em vários programas de pós-graduação, do aumento do número de pesquisas e a criação de novos instrumentos, assim como a publicação de uma revista especializada na área e a inauguração de laboratórios de avaliação psicológica.

Nesse sentido, os primeiros sinais de recuperação da área no Brasil foram reforçados pela intervenção do Conselho Federal de Psicologia, que publicou em novembro de 2001 a primeira edição da Resolução CFP nº 25/01 (CFP, 2001). Depois de algumas reformulações, a partir de 2003, passou a vigorar a Resolução CFP nº 02/2003 (CFP, 2003).

O documento define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos, com o objetivo de aprimorar os procedimentos de avaliação por meio da aferição da qualidade dos instrumentos existentes, impedindo o uso de instrumentos de má qualidade. Para isso, estabelece os requisitos mínimos que os testes devem possuir para serem utilizados pelos profissionais, tais como, fundamentação teórica, estudos de validade e de precisão e normas com amostras brasileiras, com vistas à realização de um exercício profissional ético e adequado ao atendimento das diferentes demandas sociais.

Porém, ainda no que se refere aos problemas apontados, vale destacar que alguns não se localizam nos próprios testes psicológicos, mas sim no uso deles, como já mencionado. E, nesse mesmo raciocínio, há que se ressaltar que por trás da má utilização dos testes está o profissional que selecionou, aplicou, avaliou e interpretou tais técnicas. Assim, de acordo com as concepções de Almeida (2005), as informações decorrentes do uso dos testes psicológicos dependem não somente da qualidade do instrumento, mas também do conhecimento e competência do profissional que o utiliza.

Desse modo, convém reconhecer a importância de uma formação sólida em avaliação psicológica, sustentada pelo ensino que privilegie o aprofundamento teórico, as atividades práticas e investigativas. Hutz e Bandeira (2003) acrescentam que a formação em avaliação psicológica vai além do ensino de graduação. Faz-se ainda necessário que o profissional realize cursos de atualização e se insira em programas de pós-graduação para a continuidade de sua formação e aprimoramento do conhecimento pertinente à construção e ao uso dos instrumentos de avaliação.

Vários estudos, em âmbito nacional, destacam que o ensino da avaliação psicológica tem sido insuficiente para o domínio nesta atividade. Dentre as sugestões dos autores para resolver os déficits, destaca-se: maior aprofundamento teórico-prático, compreensão dos limites e alcances das técnicas, mudanças no currículo, qualidade do ensino da técnica em detrimento da quantidade do ensino de testes, estabelecimento de conteúdos mínimos, dentre outras (Alchieri & Bandeira, 2002; CFP, 2000; Hutz & Bandeira, 2003; Jacquemin, 1995; Lima, 2001; Noronha & Alchieri, 2004; Noronha & cols., 2002).

Considerando a importância da avaliação psicológica, e a necessidade de desenvolver estudos

atuais relativos ao uso de instrumentos de avaliação psicológica, esse estudo teve como objetivo investigar o uso de instrumentos de avaliação psicológica por psicólogos que atuam numa cidade do interior do estado de Santa Catarina. Embora outros estudos já tenham sido realizados com objetivos semelhantes, pesquisas dessa natureza se justificam, considerando a importância de se construir formações apropriadas para as diferentes regiões do país.

MÉTODO

Participantes

Nesse estudo foi utilizada uma amostra por conveniência, constituída por 85 psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia CRP/12ª região, representando 66% do universo de profissionais da região, cujas características são apresentadas na Tabela 1. Participaram predominantemente mulheres (92,9%, F = 79), sendo que a idade dos participantes variou entre 23 a 42 anos, média de 30 anos e o desvio padrão de 4,92. A maior parte se formou há menos de 5 anos e aproximadamente metade fez algum tipo de pós-graduação. Dentre as mais frequentes, encontram-se a clínica e a organizacional.

Tabela 1. Distribuição dos dados de identificação dos participantes

Dados de Identificação		F	%
Sexo	Feminino	79	92,9
	Masculino	06	7,1
Idade	21-30	52	61,2
	31-40	28	32,9
	41-50	05	5,9
Titulação	Graduação	42	49,4
	Especialização	40	47,2
	Mestrado	3	3,4
Conclusão graduação	1985 -1993	3	3,6
	1994 -1996	3	3,6
	1999 -2001	22	25,8
	2002 -2004	57	67
Pós-Graduação	Não realizou	42	49,2
	Gestão RH	9	10,6
	Psicologia Organizacional	10	11,8
	Psicologia Clínica	15	17,6
	Psicologia Esporte	1	1,2
	Psicologia do Trânsito	1	1,2
	Psicologia Comunitária	1	1,2
	Não Especificou	3	3,6
Mestrado Psicologia	3	3,6	

Instrumento

O instrumento utilizado constituiu-se de um questionário composto por três partes. A primeira contemplou informações relativas à caracterização do sujeito, no que se refere à idade, sexo, ano de formação, pós-graduação, cursos direcionados à área de avaliação psicológica e atuação profissional. Os questionamentos acerca da utilização de testes psicológicos na prática profissional, os testes utilizados, motivos pelos quais não os utiliza e opinião acerca do processo de avaliação dos instrumentos conduzidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2006), se reuniram na segunda

parte. E, por fim, a terceira correspondeu a informações relativas à formação profissional.

Procedimentos

Os questionários foram aplicados com a prévia autorização dos participantes por meio da assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A aplicação foi realizada de maneira coletiva, em uma sala cedida pela Associação dos Psicólogos. As aplicações eram realizadas antes das reuniões mensais de rotina agendadas pela associação e duraram cerca de um mês.

RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta os resultados referentes à área de atuação profissional. Pode-se observar que o contexto de atuação clínica concentra a maioria dos participantes da pesquisa (50,6%), seguido da área organizacional (28,2%) e

dos participantes que atuam em ambos contextos (14,1 %). Os resultados desse estudo estão em concordância com os trabalhos desenvolvidos por Pereira (1972), Bock, (1999) e Ferreira Neto (2004), uma vez que confirmam o predomínio de profissionais atuando no contexto clínico.

Tabela 2. Distribuição dos participantes conforme a área de atuação profissional

	N	%
Não atua	1	1,2
Clínica	43	50,6
Organizacional	24	28,2
Social-comunitária	3	3,5
Clínica e organizacional	12	14,1
Clínica e docência	2	2,4
Total	85	

Em relação à utilização dos instrumentos, observou-se que 40% dos participantes da pesquisa utilizam instrumentos psicológicos em sua prática profissional, enquanto 60% dos participantes não utilizam por motivos variados. Para compreensão desses motivos foi realizada a análise de conteúdo, tal como preconizado por Bardin (1971) e estabelecidas cinco categorias, cujas definições e exemplos serão descritos a seguir. Vale destacar que tais categorias foram elaboradas por uma das pesquisadoras, sendo que as outras duas atuaram como *experts*, gerando um índice de concordância de 80% entre elas.

Formação Profissional: reúne as respostas que dizem respeito ao não uso do instrumento devido à falta de domínio, principalmente por deficiência no processo de formação profissional, como por exemplo, “não utilizo por falta de aprofundamento na formação” e “os testes aprendidos na graduação e utilizados na prática profissional estão em desuso”.

Ideológico: foram incluídas nessa categoria respostas de caráter ideológico, ou seja, concepções acerca da avaliação psicológica que dispensam o uso do instrumento na prática profissional. Alguns exemplos de respostas: “não percebo a necessidade do uso dos instrumentos na prática profissional”, “desinteresse” e “considero dispensáveis o uso das técnicas psicológicas por acreditar que existem outros meios para se chegar aos fins desejados”.

Uso do instrumento: reúne respostas relativas a problemas específicos dos instrumentos quanto a suas características psicométricas, bem como variáveis externas que impedem o uso do instrumento, como por exemplo: “não possuo as

condições físicas adequadas para aplicação” e “falta de tempo”.

Exigência do empregador: nessa categoria foram mencionadas respostas que consideram dispensáveis o uso do instrumento psicológico pelo empregador, ou seja, as instituições não aderem ao processo por não considerarem um recurso útil para contribuir nos processos de gestão organizacional. Como por exemplo: “a empresa ainda não está madura para compreender que o teste é um instrumento que auxilia no processo de avaliação e não é determinante do perfil dos candidatos avaliados” e “o valor de alguns testes são vistos como investimento alto para a empresa”.

Outras respostas: foram incluídas nessa categoria respostas que não se enquadravam em nenhuma outra categoria. Como por exemplo, “Ainda não atuo na área” e “As disciplinas que ministro no momento não envolvem tais testes”.

Dos respondentes que não usam os testes psicológicos, os argumentos apontaram para a falta de conhecimento, principalmente, decorrente de deficiências no processo de formação profissional (43%) e 29,5%, por razões ideológicas. Os problemas no instrumento foram apontados por 18,4%, tanto no que se refere às características psicométricas quanto a dificuldades de aplicação do mesmo; 3% não usam devido às exigências do empregador; e por fim, 6,1 % por outras razões.

Tendo em vista o interesse na identificação dos testes psicológicos mais utilizados, a Tabela 3 reúne os seguintes resultados: observou-se que entre os dez testes mais utilizados pelos participantes, seis deles avaliam características de personalidade (HTP - House,

Tree, Person, IFP - Inventário Fatorial de Personalidade, TAT - Teste de Apercepção Temática, Teste de Wartegg, MACHOVER - Teste da Figura Humana, e o Teste Gestaltico Viso-Motor Bender); os demais são instrumentos de avaliação da inteligência e/ou aptidões (Matrizes Progressivas de Raven, Desenho da Figura Humana, AC – Atenção Concentrada e a Escala de Transtorno do

Déficit de Atenção/ Hiperatividade). Esses dados podem ser corroborados pelo estudo promovido por Noronha (2002). A autora constatou que dos instrumentos mais utilizados pelos psicólogos de São Paulo, a grande maioria tem como objetivo avaliar a personalidade, enquanto a menor parte objetiva avaliar a inteligência.

Tabela 3. Distribuição dos testes mais utilizados pelos psicólogos

		N	%
1	HTP	22	20,8
2	IFP	18	17,1
3	TAT	14	13,3
4	RAVEN	11	10,4
5	DFH	5	4,7
	WARTEGG	5	4,7
	MACHOVER	5	4,7
6	AC	4	3,8
	BENDER	4	3,8
7	TDAH	3	2,8
	IHS	3	2,8
8	PFISTER	2	1,9
	TOULOSE	2	1,9
	ZULLIGER	2	1,9
9	CPS	1	,9
	AC-15	1	,9
	WISC	1	,9
	COLÚMBIA	1	,9
	CAT	1	,9
	QUATI	1	,9
	Total	106	100,0

No entanto, um estudo recente, realizado por Noronha, Primi e Alchieri (2004) sobre os parâmetros psicométricos dos testes comercializados no Brasil, indicou que os testes de personalidade são os que mais carecem de evidências de validade e precisão e os testes de

inteligência e aptidões são os que mais frequentemente relatam esses estudos. Segundo os autores, tais fatos decorrem da maior facilidade em se pesquisar a validade dos instrumentos de avaliação cognitiva em comparação com os instrumentos de avaliação da personalidade.

Tabela 4. Avaliação da formação no que se refere às disciplinas de Testes Psicológicos

Avaliação Formação	N	%
Insatisfatória	45	52,3
Razoavelment e satisfatória	35	40,7
Satisfatória	5	7
Total	85	100,0

Em relação à apreciação dos participantes quanto à formação em avaliação psicológica, observou-se que a maior parte dos psicólogos a considera insatisfatória. Sugerem, então, algumas medidas para o aprimoramento do ensino e do uso dos instrumentos psicológicos, tais como, maior carga horária nas disciplinas, professores capacitados e especializados na área, contínua atualização do profissional que utiliza os recursos da avaliação psicológica, realização de pesquisas na área e continuação do processo de avaliação dos instrumentos psicológicos.

Tais sugestões para guiar as ações de aprimoramento da área reforçam os apontamentos já descritos por Hutz e Bandeira (2003), quais sejam, estabelecimento de conteúdos básicos que devem ser trabalhados na graduação; reconhecimento da legitimidade da área de

avaliação psicológica; desenvolvimento de estratégias para a educação continuada e especialização; desenvolvimento de programas para a qualificação de professores. Os autores alertam para a importância de priorizar áreas e tópicos de pesquisa que devem, por sua vez, ser fomentados e apoiados pelas agências, bem como a identificação de outras fontes de financiamento para projetos de grande porte. Sugerem o estabelecimento dos limites da avaliação psicológica; manutenção de um controle de qualidade permanente sobre instrumentos utilizados pelos psicólogos; apoio à criação, ao desenvolvimento e à integração dos laboratórios de avaliação psicológica. E, por fim, destacam a necessidade do desenvolvimento eficiente da comunicação entre pesquisadores, professores, estudantes e profissionais que atuam na área da avaliação psicológica.

Tabela 5. Relação entre Atuação Profissional e Utilização do Instrumento

		Utilização		Total
		Não	Sim	
Atuação	Não atua	1	0	1
	Clínica	26	17	43
	Organizacional	9	15	24
	Social-comunitária	3	0	3
	Clínica e organizacional	9	3	12
	Clínica e docência	2	0	2
Total		50	35	85

A Tabela 5 apresenta a utilização de instrumentos em relação à área de atuação dos profissionais. Nesse aspecto, observou-se que no contexto clínico há o predomínio do uso de testes como recurso de avaliação psicológica. Hutz e Bandeira (2003) sinalizam a necessidade do desenvolvimento de instrumentos de avaliação para a população com baixa escolaridade, em situação de risco e, sobretudo, que atendam as demandas sociais relevantes e, evidentemente, contribuam para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

DISCUSSÃO

Constatou-se que a maioria dos participantes da pesquisa não utiliza instrumentos em sua prática profissional devido à falta de

domínio e conhecimento nos instrumentos, principalmente por falhas no processo de formação profissional. Esse aspecto pode ser ilustrado por meio da seguinte afirmação “os testes apreendidos na graduação e utilizados na prática profissional estão em desuso”.

Tal afirmação revela a problemática da formação profissional já evidenciada no estudo de Alchieri e Bandeira (2002). De acordo com os autores, o ensino é amparado na seqüência dos inúmeros testes repassados pelos professores, em sucessivos semestres, cuja ênfase é a aplicação e a correção, desconsiderando a identificação das condições de uso ou limitação dos testes a ensinar, sendo o critério de escolha relegado à frequência de utilização pela comunidade docente. Essa condição, da falta do aprofundamento teórico sobre os

fundamentos da medida, impossibilita que o aluno avalie a qualidade dos instrumentos e saiba utilizá-los de maneira adequada, limitando-se apenas ao uso das técnicas ensinadas na graduação. Então, entende-se que a qualidade do exercício profissional em avaliação psicológica depende, em grande parte, do processo de formação proporcionado pelas disciplinas no currículo universitário.

Outros estudos também relatam que o ensino da avaliação psicológica tem sido insuficiente para o domínio nesta atividade, assim como para o diagnóstico psicológico. Dentre as sugestões descritas nessas pesquisas, destaca-se maior aprofundamento teórico sobre a prática; qualidade do ensino da técnica em detrimento da quantidade do ensino de testes; compreensão dos limites e alcances das técnicas; mudanças no currículo; estabelecimento de conteúdos básicos que devam ser trabalhados na graduação; dentre outras (Jacquemin, 1995; CFP, 2000; Lima, 2001; Alchieri & Bandeira, 2002; Hutz & Bandeira, 2003; Noronha & cols., 2002; Noronha & Alchieri, 2004).

No que se refere às medidas de controle da qualidade e da elaboração dos testes no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia, por meio da edição da Resolução 002/2003, emite regularmente uma listagem de testes com pareceres favoráveis tanto para uso e comercialização. Considerando essa relação, é possível observar que muitos dos instrumentos utilizados no exercício profissional por esses participantes quando da coleta de dados, não estavam em condições de uso, como por exemplo, Wartegg, Machover, Bender, Toulouse e o CAT. Essa questão leva a refletir se esses profissionais realmente possuem a informação a respeito do processo de avaliação dos testes psicológicos, assim como as razões pelas quais os utilizam.

De acordo com os Art. 10 e 16 desta mesma Resolução CFP n.º 002/2003, só é permitida a utilização dos testes psicológicos aprovados pelo CFP, e será considerada falta ética a utilização de instrumento que não esteja em condições de uso, salvo os casos de pesquisa (CFP, 2003). O uso de testes não-avaliados ou reprovados pela Comissão Consultiva é prejudicial tanto para ciência psicológica, quanto para os profissionais da categoria, que perdem a credibilidade do seu trabalho perante a sociedade. Desse modo, é preciso reverter essa situação, por meio de maior mobilização dos órgãos e associações de classe da psicologia, assim como de pesquisadores,

profissionais e estudantes, em um processo de conscientização para a utilização de instrumentos confiáveis que ofereçam melhores serviços à sociedade.

REFERÊNCIAS

- Alchieri, J. C., & Bandeira, D. R. (2002). Ensino da Avaliação Psicológica no Brasil. Em R. Primi (Org.), *Temas em Avaliação Psicológica* (pp. 11-22). Campinas: Impressão Digital do Brasil Gráfica e Editora Ltda.
- Almeida, L. S. (2005). Avaliação Psicológica: exigências e desenvolvimentos nos seus métodos. Em S. Wechesler & R. Guzzo (orgs.) *Avaliação Psicológica: perspectiva internacional* (pp. 47-65). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Andriola, W. B. (1996). Avaliação Psicológica no Brasil: considerações a respeito da formação dos psicólogos e dos instrumentos utilizados. *Psique*, 6(2), 99-108.
- Bardin, L. (1971). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Coleções 70.
- Bock, A. M. B. (1999). Atuação profissional e formação do psicólogo: os desafios da modernidade. *Psicologia em estudo*, 4(1), 1-12.
- Conselho Federal de Psicologia (2000). I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica – propostas encaminhadas para os conselhos federal e regional de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2001). Resolução n.º25/2001 [On-line]. Disponível: <http://www.pol.org.br>.
- Conselho Federal de Psicologia (2003). Resolução n.º 002/2003 [On-line]. Disponível: <http://www.pol.org.br>.
- Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do Psicólogo: clínica, social e mercado*. Belo Horizonte: Fumec.
- Hutz, C. S., & Bandeira, D. R. (2003). Avaliação Psicológica no Brasil: situação atual e desafios para o futuro. Em O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.), *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp. 261-275). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Jacquemin, A. (1995). Ensino e Pesquisa sobre Testes Psicológicos. *Boletim de Psicologia*, XLV, 102, 19-21.

- Lima, R. A. de (2001). O reflexo das atividades práticas no processo ensino-aprendizagem das técnicas de exame psicológico. *Psicologia: Teoria e Prática*, 3 (2), 55-69.
- Noronha, A. P. P (1999). *Avaliação psicológica segundo psicólogos: usos e problemas_com ênfase nos testes*. Tese de doutorado não-publicada, Instituto de Psicologia, PUC-Campinas, Campinas, SP.
- Noronha, A. P. P. (2002). Os problemas mais graves e mais freqüentes no uso dos testes psicológicos. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15(1), 135-142.
- Noronha, A. P. P., Ziviani, C., Hutz, C. S., Bandeira, D. R., Custódio, E. M., Alves, I. B., Alchieri, J. C., Borges, L. de O., Pasquali, L., Primi, R. & Domingues, S. F. (2002). Em defesa da avaliação psicológica. In: *Avaliação Psicológica*, 1(1), 173-174.
- Noronha, A. P. P., Freitas, F. A. & Ottati, F. (2002). Parâmetros psicométricos de testes de inteligência. *Interação em Psicologia*, 6 (2), 195-201.
- Noronha, A. P. P. & Alchieri, J. C. (2004). Conhecimento em Avaliação Psicológica. *Estudos de Psicologia*, 21(1), 43-52.
- Noronha, A. P. P.; Primi, R. & Alchieri, J. C. (2004). Parâmetros Psicométricos: uma análise de testes psicológicos comercializados no Brasil. *Psicologia Reflexão e Crítica*. 24(4), 88-99.
- Pereira, S. L. M. (1972). As atividades profissionais do psicólogo em São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Pasquali, L., & Alchieri, J. C. (2001). Os Testes Psicológicos no Brasil. Em L. Pasquali (Org.). *Técnicas de Exame Psicológico – TEP: Fundamentos das Técnicas Psicológicas*. (pp.195-221). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sbardelini, E. T. B. (1991) Os Mitos que Envolvem os Testes Psicológicos. *Documenta – CRP/08*, 1: 53-57, 1991.
- Wechsler, S. M. (1999). Guia de procedimentos éticos para a avaliação psicológica. Em M. Wechsler & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Avaliação Psicológica: Perspectiva Internacional* (pp. 133-141). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Recebido em Novembro de 2006
Reformulado em Fevereiro de 2007
Aceito em Março de 2007

SOBRE OS AUTORES:

Sandra Padilha: Psicóloga pela Universidade de Passo Fundo e mestrado em Psicologia pela Universidade São Francisco. Professor titular da Universidade Comunitária Regional de Chapecó.

Ana Paula Porto Noronha: Doutora em Psicologia: Ciência e Profissão pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Docente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade São Francisco. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Clarissa Zanchet Fagan: graduanda em Psicologia pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó.